

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 490/2021**

**CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS**, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR; inscrita no CNPJ sob nº 00.136.858/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Paulo Horn.

**CONTRATADA: HUNER TI COLABORATIVA LTDA**, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 17.648.612/0001-98, estabelecida à Rua Farrapos, nº 555, Sala 01, Bairro Centro, Pato Branco/PR, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Tiago Lazarotto, portador do RG nº 10.419.189-4 SSP/PR e CPF nº 068.988.439-74.

Pelo presente instrumento, **oriundo do processo de licitação nº 188/2021, Inexigibilidade de Licitação nº 108/2021**, homologado em 17/12/2021, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes e, ainda pelas condições e exigências constantes no Termo de Referência, o Contratante e a Contratada, neste ato representadas por seus representantes legais, ao final subscritos, tem entre si, justo e avençado, assinam este instrumento contratual, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação para implementação de melhorias da estrutura Web Site do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DESCRIÇÃO DAS MELHORIAS**

**2.1.** Considerando a necessidade de atualização do site do CONIMS, a contratada deverá desenvolver/criar/atualizar/implementar os seguintes tópicos:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Acesso ao Menu "Administrativo" para o usuário <a href="mailto:licitacao@conims.com.br">licitacao@conims.com.br</a> ;
2	Enviar notificação de documentos disponíveis por e-mail para pessoas físicas/jurídicas;
3	Filtrar documentos conforme o escopo de usuários na tela de cadastro de documentos;
4	Criar um menu "Documentos -> Relatório de Downloads" e tela do filtro para o relatório de Downloads;
5	Adicionar um novo campo "Processo/Ano" no envio de arquivos de documentos do tipo "Processo Administrativo" no backend;
6	Adicionar uma nova coluna para mostrar o "Processo/Ano" para o usuário no frontend;
7	Adicionar ferramenta de acessibilidade com aumento do tamanho de fonte na página;
8	Criar filtro de Processo/Ano E Remover Obrigatoriedade de Mês E Ano no filtro do Relatório de documentos;
9	Aumentar o Limite de Upload de Anexos;

10	Criar cadastro de Processo de Seleção;
11	Criar cadastro de Locais de Locação;
12	Criar cadastro de Vagas;
13	Criar relatório de Inscritos;
14	Criar Tela de Listagem de Processos de Seleção;
15	Criar Tela de Login da Ficha de Inscrição (com recuperação de senha);
16	Criar Tela de Cadastro de Novos Inscritos;
17	Criar Tela de Inscrição;

### **CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1.** Os serviços de melhorias, criação, implementação, atualização e demais, deverão obedecer a todas as normas técnicas e exigências inerentes aos mesmos.

**3.2.** A contratada é responsável pela instalação, configuração, ajuste e teste dos serviços.

**3.3.** As despesas relativas à instalação e treinamento bem como todos os impostos, taxas e demais despesas correrão por conta exclusivamente da contratada.

**3.4.** A instalação do serviço e o seu total funcionamento não poderão ultrapassar o prazo máximo de 95 (noventa e cinco) dias úteis, posterior a assinatura do contrato; podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade deste CONIMS.

**3.5.** Todos os serviços serão fiscalizados, e se apresentarem qualquer irregularidade deverão ser ajustados imediatamente, sem nenhum prejuízo para a Administração.

**3.6.** Ocorrendo divergências entre o serviço solicitado e o entregue, a contratada terá um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a notificação, para sanar as irregularidades.

**3.7.** Prestar assistência técnica durante toda a vigência contratual, disponibilizando o atendimento quando solicitado, nos prazos estabelecidos, sem qualquer ônus para a contratante.

**3.8.** A contratada deverá, sem ônus adicional para a contratante, fornecer novas versões de solução que forem lançadas para correção de falhas na aplicação ou atualizações.

**3.9.** O recebimento definitivo se dará após conclusão da implementação das melhorias solicitadas. Entende-se por implementação, o momento em que o serviço contratado for entregue finalizado em perfeito funcionamento e em conformidade com o exigido em termo de referência/contrato e atestado pelo responsável do setor de Tecnologia da Informação deste CONIMS.

**3.10.** O recebimento definitivo/implementação não isenta a contratada das responsabilidades assumidas por meio desta inexigibilidade de licitação.

#### **CLÁUSULA QUARTA - QUALIDADE**

**4.1.** A contratada garante qualidade em todo objeto do presente instrumento, valendo esta cláusula como certificado, a qual poderá ser invocada a qualquer tempo, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

#### **CLÁUSULA QUINTA - GARANTIA**

**5.1.** A contratada deverá oferecer garantia dos serviços pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses.

**5.2.** Caso as melhorias/implementações não atendam perfeitamente suas finalidades ou apresentem erros/falhas, a contratada deverá refazê-las sem gerar nenhum ônus ao CONIMS.

#### **CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1.** Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

**6.1.1.** A fiscalização poderá se dar a qualquer momento inclusive sem a necessidade de aviso prévio a contratada.

**6.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada, em tempo hábil, de quaisquer dúvidas relacionadas à execução do contrato.

**6.2.1.** Efetuar o pagamento pelos serviços prestados dentro das condições estabelecidas.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** Entregar o objeto do Processo/Contrato no prazo e forma ajustado;

**7.2.** Realizar o serviço de acordo com as especificações e determinações constantes neste termo de referência, responsabilizando-se inteiramente pela existência de falhas, erros de execução ou inadequação dos serviços.

**7.3.** Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente processo.

**7.4.** Manter, durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, em todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação e constante de sua proposta;

**7.5.** Comunicar imediatamente à contratante toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato.

**7.6.** Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela contratante quanto a execução deste contrato.

**7.6.1.** O prazo para as correções e substituições será estabelecido pela administração e será razoável ao atendimento do contratado.

**7.7.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais e pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

**7.8.** Comunicar a contratante as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

**7.9.** Observar as exigências de segurança no tratamento dos dados a que tiver acesso, nele considerada toda operação realizada com envolva a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, no âmbito do objeto deste Instrumento, na forma da Lei Geral de Proteção de dados, ficando expressamente vedado o uso dos dados para fins diversos.

#### **CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTES**

**8.1.** Os preços contratados não sofrerão reajustes.

#### **CLÁUSULA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** As despesas geradas em função da aquisição do objeto do presente processo correrão por conta das dotações orçamentárias prevista sob código nº 01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.40.00.00.00.00 – Fontes 000 e 076.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL**

**10.1.** A Nota Fiscal deverá ser emitida no mesmo CNPJ contratado ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.

**10.2.** A Nota Fiscal deverá apresentar:

- a) A modalidade e o número da licitação;
- b) Número da Solicitação de Fornecimento;
- c) A descrição do serviço contratado;
- d) Banco, agência e conta corrente no mesmo CNPJ registrado.

**10.3.** Quando da emissão da Nota Fiscal, a mesma deverá ser enviada ao e-mail: [contabilidade@conims.com.br](mailto:contabilidade@conims.com.br).

**10.4.** As retenções, iniciativas e encargos do cálculo da nota fiscal são de responsabilidade da emitente, cabendo ao CONIMS apenas a conferência.

**10.5.** Em caso de erros na emissão da Nota Fiscal de Serviços a mesma deverá ser substituída ou anulada, conforme o caso, em no máximo 24 horas de sua emissão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VENCIMENTO E PAGAMENTO**

**11.1.** A Contratante pagará à Contratada o valor de R\$ 21.550,75 (vinte e um mil e quinhentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos.) Sendo:

**11.1.1.** 50% (cinquenta por cento), que será pago em até 5 dias úteis após a assinatura do contrato;

**11.1.2.** 50% (cinquenta por cento) que será pago em até 15 dias úteis após a entrega da implementação, recebimento definitivo conforme item 3.9;

**11.1.3.** O pagamento ocorrerá em moeda corrente nacional, na conta corrente PESSOA JURÍDICA NO MESMO CNPJ CONTRATADO. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado através de Ofício ao Setor de Tesouraria deste CONIMS.

**11.2.** Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor do objeto contratado, já inclusas as despesas com material, instalação e ajustes para o perfeito funcionamento.

**11.3.** Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar, bem como ainda, a apuração de perdas, danos sofridos e/ou suportados pelo CONIMS.

**11.4.** Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

*I = Índice de atualização financeira;*

*TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;*

*EM = Encargos moratórios;*

*N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;*

*VP = Valor da parcela em atraso.*

**11.5.** A contratada deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, o contrato será interrompido, ressalvado o direito dos serviços já prestados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VIGÊNCIA**

**12.1.** O prazo de vigência do contrato de prestação dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de **21 de dezembro de 2021**, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantido os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato, com justificativa por escrito, nos termos do art.57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES**

**13.1.** Ao prestador que, sem justa causa, não cumprir com suas obrigações contratuais ou qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

**13.1.1.** Advertência.

**13.1.2.** Multa de mora ou punitiva, cumulativas ou não, sem prejuízo da apuração de perdas, danos sofridos e/ou suportados pelo CONIMS:

**13.1.2.1.** Nos casos em que houver atraso injustificado na execução do serviço licitado, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, sobre o valor do item constante da nota em atraso, respeitado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) diários, na forma do artigo 86 da Lei 8.666/1993.

**13.1.2.2.** Nos casos em que o atraso na entrega do serviço licitado for superior a 15 (quinze) dias, o CONIMS poderá rescindir o contrato do fornecedor vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, respeitado o mínimo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

**13.1.2.3.** Multa de 0,2% (zero virgula dois por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de inexecução parcial ou total, desde que a multa não fique em valor inferior a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), quando será penalizado com este valor.

**13.1.2.4.** Multa punitiva de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação total no caso de recusa em celebrar /assinar o instrumento de contratação, em valor não inferior a R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais) e não superior a R\$ 3.000 (três mil reais).

**13.1.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONIMS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em decisão fundamentada da autoridade competente.

**13.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CONIMS, que será concedida sempre que o fornecedor registrado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO**

**14.1.** O CONIMS considerará rescindido o contrato, de pleno direito, mediante notificação extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado:

**14.1.1.** Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Termo de Referência, ou infringir qualquer disposição do Contrato, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba ao contratado direito a qualquer indenização.

**14.1.2.** Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do serviço.

**14.1.3.** Verificada qualquer infração do contrato por parte da contratada.

**14.1.4.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

**14.1.5.** Caracterizada a hipótese de inexecução total ou parcial das condições de serviço ora estabelecida.

**14.1.6.** Proceder a eventual cobrança de qualquer valor excedente.

**14.2. A rescisão contratual pode ser:**

**14.2.1.** Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

**14.2.2.** Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VÍNCULO**

**15.1.** O contrato é intransferível, não podendo a contratada se valer deste para vincular terceiros à presente contratação, sob pena de imediata rescisão e aplicação das penalidades previstas na cláusula décima terceira e seus subitens.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AÇÕES JUDICIAIS**

**16.1.** Qualquer ação judicial contra a CONTRATANTE oriunda de serviços prestados pela CONTRATADA, ou mesmo que venha a CONTRATANTE compor a lide, será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, a qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo à CONTRATANTE todo e qualquer valor que for obrigada a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

**17.1.** Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco/PR.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento na forma e na presença de testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco/PR, 21 de dezembro de 2021.

**Tiago Lazarotto**  
Contratada

**Paulo Horn**  
Contratante

**Testemunhas:**

**Lhuanna G. V. Périco**  
CPF: 079.734.929-41

**Marcos J. Brandoli de Lima**  
CPF: 064.270.929-79